

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| AGRADECIMENTOS..... | 7 |
| PREFÁCIO..... | 11 |
| APRESENTAÇÃO..... | 15 |
| NOTA DO AUTOR..... | 19 |
| INTRODUÇÃO – AMBIGUIDADE NORMATIVA E FUNÇÃO JURISDI- CIONAL: DA DIVERGÊNCIA À UNIFORMIZAÇÃO | 33 |
| 1. Atividade jurisdicional e criação do direito: a jurisprudência como fe- nômeno de redução de ambiguidades | 33 |
| 2. Divergência jurisprudencial e uniformização da jurisprudência..... | 42 |
| 3. Direito jurisprudencial: da uniformização à vinculação | 45 |
| CAPÍTULO 1 – NORMAS FUNDAMENTAIS E DEVERES ESTRUTU- RANTES DO SISTEMA DE VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊN- CIA, SÚMULAS E PRECEDENTES QUALIFICADOS..... | 61 |
| 1.1 A valorização da jurisprudência no processo civil brasileiro: panorama geral..... | 61 |
| 1.2 Jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados: aspectos conceitu- ais | 64 |
| 1.3 Deveres estruturantes do sistema de valorização da jurisprudência, sú- mulas e precedentes qualificados | 71 |
| 1.3.1 Deveres dos órgãos formadores da jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados | 71 |
| a) Dever de uniformização..... | 74 |
| b) Dever de formalização | 76 |
| c) Dever de orientação | 81 |
| d) Dever de adstrição ao caso concreto | 85 |

| | |
|--|-----|
| e) Dever de pronunciamento sobre a (des)necessidade modulação | 88 |
| 1.3.2 Deveres dos órgãos aplicadores de jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados | 98 |
| a) Dever de estabilidade | 100 |
| b) Dever de integridade | 106 |
| c) Dever de coerência | 110 |
| d) Dever de observância obrigatória..... | 115 |
| e) Dever de correlação..... | 124 |
| f) Dever de consideração | 128 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – TIPOLOGIA E FUNCIONALIDADES DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS VINCULANTES..... | 131 |
| 2.1 Considerações iniciais..... | 131 |
| 2.2 Tipologia e funcionalidades dos pronunciamentos judiciais vinculantes em espécie | 137 |
| 2.2.1 As decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade | 137 |
| 2.2.2 As súmulas vinculantes | 144 |
| 2.2.3 Os acórdãos proferidos em incidentes de assunção de competência, de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso extraordinário ou especial repetitivos e recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida..... | 151 |
| 2.2.3.1 Julgamento de recurso extraordinário e recurso especial repetitivos..... | 154 |
| 2.2.3.2 Acórdãos proferidos em incidente de assunção de competência | 157 |
| 2.2.3.3 Acórdãos proferidos em incidente de resolução de demandas repetitivas | 160 |
| 2.2.3.4 Declaração de existência ou inexistência da repercussão geral e julgamento de mérito do recurso extraordinário pela sistemática da repercussão geral | 163 |
| 2.2.4 Os enunciados de súmulas de jurisprudência dominante | 173 |
| 2.2.5 As orientações do plenário ou do órgão especial dos tribunais.. | 179 |
| 2.3 Os papéis reservados pelo CPC à jurisprudência não formalizada | 181 |
| 2.4 Hierarquia entre os tipos de pronunciamentos vinculantes e a jurisprudência | 186 |

| | | |
|--|---|-----|
| 2.5 | Quadro sinótico: Tipo de pronunciamento e respectivos elementos do tipo | 189 |
| 2.6 | Quadro sinótico: Tipologia dos pronunciamentos vinculantes x funcionalidades | 190 |
| CAPÍTULO 3 – O SISTEMA DE VALORIZAÇÃO DAS SÚMULAS E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: FUNDAMENTOS, LIMITES E POSSIBILIDADES..... | | 193 |
| 3.1 | Estrutura normativa do modelo constitucional de processo civil: princípios processuais na Constituição Federal | 196 |
| 3.2 | Os múltiplos papéis dos princípios constitucionais..... | 203 |
| 3.2.1 | Especialmente sobre a função interpretativa dos princípios e a interpretação dos princípios processuais | 208 |
| 3.3 | As regras processuais na Constituição Federal..... | 211 |
| 3.4 | Técnica de solução de conflitos entre princípios constitucionais: o princípio da proporcionalidade | 214 |
| 3.5 | Desdobramentos decorrentes das normas constitucionais: os direitos e garantias processuais fundamentais e as garantias institucionais..... | 222 |
| 3.6 | O modelo constitucional de processo civil: elenco dos princípios processuais constitucionais e de seus impactos na formação e aplicação dos pronunciamentos vinculantes | 226 |
| 3.6.1 | Acesso à justiça | 227 |
| 3.6.2 | Contraditório e ampla defesa | 229 |
| 3.6.3 | Publicidade | 236 |
| 3.6.4 | Motivação das decisões judiciais | 239 |
| 3.6.5 | Juiz natural..... | 244 |
| 3.6.6 | Duplo grau de jurisdição | 252 |
| 3.6.7 | Devido processo legal..... | 254 |
| 3.6.8 | Duração razoável do processo | 257 |
| 3.7 | Especialmente sobre a influência do princípio da isonomia no processo civil: a dupla perspectiva do princípio da igualdade para o processo | 260 |
| CAPÍTULO 4 – TÉCNICAS DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E DE FORMAÇÃO DE SÚMULAS E PRECEDENTES QUALIFICADOS | | 267 |
| 4.1 | Generalidades..... | 267 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4.2 | Os recursos excepcionais como técnicas de uniformização de jurisprudência: a função dos tribunais superiores e dos recursos extraordinário e especial..... | 272 |
| 4.2.1 | O papel do STF na uniformização da jurisprudência..... | 272 |
| 4.2.2 | Sobre o STJ e o recurso especial..... | 276 |
| 4.2.3 | Aspectos comuns à admissibilidade, tramitação e julgamento dos recursos excepcionais (foco na capacidade de uniformização) | 280 |
| 4.2.4 | A exigência do prequestionamento como decorrência lógica da precípua função dos recursos excepcionais | 287 |
| 4.2.5 | A relevância da questão federal no recurso especial | 291 |
| 4.2.6 | Os embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário | 299 |
| 4.3 | Procedimentos de formação dos precedentes qualificados: aspectos gerais e comuns a todas as técnicas de formação de precedentes qualificados..... | 315 |
| 4.3.1 | A importância da decisão de afetação, delimitação do tema e demais atividades preparatórias ao julgamento da controvérsia. | 317 |
| 4.3.2 | A suspensão dos feitos que versam sobre a mesma matéria | 326 |
| 4.3.3 | A maximização dos princípios do contraditório, da cooperação e da fundamentação do precedente qualificado | 331 |
| 4.3.4 | A distinção preventiva..... | 339 |
| 4.3.5 | As técnicas de enfrentamento e de pronunciamento sobre a modulação de efeitos..... | 344 |
| 4.3.5.1 | Especialmente sobre o contraditório e motivação da decisão de modulação: necessidade de enfrentamento efetivo dos critérios ensejadores da modulação..... | 360 |
| 4.3.5.2 | Especialmente sobre a modulação em processo posterior ante a ausência de modulação no precedente qualificado: a modulação como técnica de aperfeiçoamento do precedente qualificado e a possibilidade de ‘modulação difusa’..... | 367 |
| 4.4 | A formação dos precedentes qualificados no julgamento de casos repetitivos..... | 372 |
| 4.4.1 | Litigiosidade de massa e tratamento coletivizado das demandas repetitivas..... | 372 |
| 4.4.2 | Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas | 379 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 4.4.2.1 | Especialmente sobre a impossibilidade de instauração de IRDR nos juizados especiais e sobre a vinculação dos órgãos desse microsistema ao decido no incidente | 400 |
| 4.4.3 | Processamento e julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos | 402 |
| 4.5 | Técnicas incidentais de formação de precedentes qualificados sobre questões não repetitivas | 414 |
| 4.5.1 | Procedimento do incidente de assunção de competência | 414 |
| 4.5.2 | Procedimento do incidente de constitucionalidade: cláusula de reserva de plenário e uniformização interna da questão constitucional | 425 |
| 4.5.3 | Procedimento de reconhecimento da repercussão geral e do julgamento do mérito do recurso extraordinário pela ‘sistemática’ da repercussão geral..... | 428 |
| 4.6 | Os recursos no procedimento de formação e o aperfeiçoamento dos precedentes qualificados | 437 |
| 4.6.1 | Embargos de declaração no procedimento de formação de precedentes qualificados | 437 |
| 4.6.1.1 | Especialmente sobre o efeito suspensivo ope judicis dos embargos de declaração opostos em face de precedentes qualificados | 450 |
| 4.6.2 | Recursos especial e extraordinário contra acórdãos proferidos em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC) | 457 |
| 4.6.3 | Recurso extraordinário contra acórdão proferido em RESP Repetitivo | 465 |
| 4.6.3.1 | Especialmente sobre o efeito suspensivo ope judicis do Recurso extraordinário contra acórdão proferido em RESP Repetitivo..... | 471 |
| 4.7 | Procedimento(s) de edição de súmulas de jurisprudência dominante . | 474 |
| 4.7.1 | Especialmente sobre o procedimento de edição de súmulas vinculantes | 479 |
| | | |
| | CAPÍTULO 5 – TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO, CORRELAÇÃO E AFASTAMENTO DOS PRECEDENTES E SÚMULAS: A INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS NO CONTEÚDO DAS DECISÕES JUDICIAIS | 485 |
| 5.1 | Generalidades | 485 |
| 5.2 | Técnica de identificação da norma-precedente | 489 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.2.1 | <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> na teoria dos precedentes | 491 |
| 5.2.2 | Tese jurídica e <i>ratio decidendi</i> no sistema de precedentes qualificados | 502 |
| 5.2.3 | A técnica de elaboração da ‘tese jurídica’ no ordenamento brasileiro..... | 507 |
| | a) A tese deve guardar correspondência (ou correlação) com o caso concreto que lhe deu origem..... | 509 |
| | b) A ‘tese jurídica’ deve ter, sempre que possível, estrutura de regra | 512 |
| | c) A tese deve evitar, ao máximo, utilizar expressões vagas e conceitos jurídicos indeterminados..... | 515 |
| | d) A tese deve indicar o seu alcance temporal, devendo nela constar eventuais limitações decorrentes da modulação de efeitos | 519 |
| | e) A ‘tese’ pode representar um ou mais elementos da <i>ratio decidendi</i> | 527 |
| | f) A ‘tese jurídica’ deve ser interpretada à luz dos outros elementos do acórdão que lhe deram origem | 530 |
| | g) A tese é passível de interpretação e, por isso, pode carecer de aperfeiçoamento, no próprio processo de formação, ou em feitos subsequentes em que venha a ser invocada; além disso, se submete às técnicas de distinção e de superação. | 530 |
| 5.2.4 | Os limites e as funcionalidades da ‘tese jurídica’ e da <i>ratio decidendi</i> | 532 |
| 5.3 | Técnica de correlação entre o caso-precedente e o caso apreciado | 540 |
| 5.3.1 | A invocação do precedente qualificado fora da hipótese fática de sua formação e a possibilidade de redimensionamento da <i>ratio decidendi</i> | 544 |
| 5.4 | Técnicas de afastamento racional das súmulas e dos precedentes qualificados: distinção e superação de entendimentos | 562 |
| 5.4.1 | Distinção: da alegação à decisão judicial | 563 |
| | 5.4.1.1 Generalidades | 563 |
| | 5.4.1.2 A distinção por força da incidência de normas jurídicas diferentes..... | 572 |
| | 5.4.1.3 A distinção como técnica de argumentação das partes. | 574 |
| | 5.4.1.4 A distinção sob a perspectiva da decisão judicial..... | 577 |
| 5.4.2 | Superação: limites e possibilidades..... | 579 |

| | |
|---|-----|
| 5.4.2.1 Pressupostos para a realização da superação na teoria geral dos precedentes..... | 584 |
| 5.4.2.2 Técnicas de realização da superação no ordenamento brasileiro..... | 590 |
| 5.4.2.3 Especialmente sobre a superação por modificação jurídica e a possibilidade de utilização da técnica de superação-afastamento | 594 |
| 5.4.2.4 A superação enquanto técnica de argumentação das partes..... | 600 |
| CAPÍTULO 6 – INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS NO PROCEDIMENTO: TÉCNICAS DE ACELERAÇÃO PROCEDIMENTAL FULCRADAS NA PRÉVIA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA..... | |
| 6.1 Generalidades: a prévia uniformização de entendimentos como fator legitimador para a aceleração da prestação jurisdicional | 605 |
| 6.2 Técnicas de aceleração procedimental fulcradas em súmulas e precedentes em espécie | 606 |
| 6.2.1 Julgamento liminar de improcedência..... | 606 |
| 6.2.2 Julgamento monocrático pelo relator | 616 |
| 6.2.3 Aplicação pelo tribunal local da tese consagrada nos recursos especial e extraordinário repetitivos e no julgamento de mérito do recurso extraordinário pela sistemática da repercussão geral | 620 |
| 6.2.4 Aplicação do entendimento do STF acerca da existência ou inexistência da repercussão geral aos recursos extraordinários que envolvam a mesma questão constitucional..... | 629 |
| 6.2.5 Dispensa de reexame necessário e outros impactos na atuação da Fazenda Pública em juízo | 634 |
| CAPÍTULO 7 – APERFEIÇOAMENTO, REDIMENSIONAMENTO, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO CONCENTRADAS DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS | |
| 7.1 Generalidades..... | 639 |
| 7.2 Vícios intrínsecos à formação dos precedentes que ensejam a necessidade de reafirmação, aperfeiçoamento, redimensionamento do precedente qualificado..... | 647 |
| 7.2.1 Incompletude e vagueza da tese jurídica e da ratio decidendi .. | 647 |
| 7.2.2 Inexistência de maioria na formação da ratio decidendi..... | 662 |
| 7.2.3 Ausência de definição do alcance temporal..... | 676 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 7.3 | Instrumentos de reafirmação, aperfeiçoamento, redimensionamento e afastamento racional concentrado do precedente qualificado | 691 |
| 7.3.1 | Os papéis reservados aos Tribunais de 2º grau na análise da admissibilidade dos recursos excepcionais e a possibilidade de seleção de recursos representativos da controvérsia | 691 |
| 7.3.1.1 | Possibilidade de seleção de tema repetitivo e recursos representativos da controvérsia | 694 |
| 7.3.1.2 | Afastamento da alegação de distinção pelo tribunal <i>a quo</i> em sede de agravo interno e o “gargalo” sistemático | 698 |
| 7.3.1.3 | Recursa de realização do juízo de retratação pelo tribunal <i>a quo</i> e afetação nos termos do art. 1.041 do CPC . | 709 |
| 7.3.1.4 | Incompatibilidade da Súmula 83 do STJ com a natureza da análise da admissibilidade do recurso especial pelo tribunal <i>a quo</i> : uma proposta de superação sistemática..... | 711 |
| 7.3.4 | Distinção e superação repetitivas e a possibilidade de IRDR ... | 717 |
| 7.3.5 | Afetação de novos recursos extraordinário com repercussão geral reconhecida e especial repetitivo e a técnica de ‘refetação’ do tema | 722 |
| 7.3.6 | Reclamação: do respeito à superação do precedente qualificado..... | 736 |
| 7.3.6.1 | Origens, natureza e funcionalidades da reclamação no ordenamento brasileiro..... | 736 |
| 7.3.6.2 | Hipóteses de cabimento da reclamação..... | 747 |
| 7.3.6.3 | A admissibilidade da reclamação para fins de reafirmação, redimensionamento ou superação do precedente qualificado..... | 755 |
| 7.3.6.4 | A ampliação do alcance e autoridade do julgamento em sede de reclamação como forma de se evitar a multiplicidade de reclamações em torno do mesmo precedente: a formação de precedente qualificado em sede de reclamação | 759 |
| | REFERÊNCIAS | 763 |